

## LIÇÃO DOS FATOS

**Antônio Álvares da Silva**

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O homem aprende com os fatos. Do mesmo modo que produz a História, dela participa. O mesmo se dá com os acontecimentos sociais: os homens criam os fenômenos e neles se envolvem como parte integrante do seu acontecer e de suas conseqüências.

Os recentes episódios, envolvendo o presidente do STF, juiz de primeiro grau e Polícia Federal, transformaram-se em motivo de reflexão para o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas.

Neste mesmo espaço, por várias vezes, salientamos que era ilegal, além de humilhante e moralmente condenável, o uso de algemas em presos que não ofereciam resistência nem eram violentos. Além de usá-las, a PF os expunha à visão explícita do povo, num estardalhaço desnecessário. A cena lembrava a Idade Média, em que os presos, escoltados pela autoridade, eram obrigados a andar pelas ruas da cidade, com direito a apedrejamento pela população. Muitos morriam antes do julgamento, quando havia.

A PF não precisa destes métodos. Já é uma grande polícia e caminha para o conceito de uma das melhores do mundo. Agora, este arranhão profundo feriu sua credibilidade, a ponto de ser comparada a polícias de ditaduras e regimes antidemocráticos. Naturalmente, o excesso será agora corrigido.

Os juízes de qualquer grau ou jurisdição aprenderam que a liberdade e a imagem das pessoas são um bem garantido pela Constituição. Não se pode atingir estes valores, a não ser para os substituir por outros mais altos. Prender e soltar e soltar e prender gera insegurança social e é o caminho mais seguro para desmoralizar o Judiciário. Como o povo pode respeitar o Poder encarregado de julgá-lo, se este Poder não sabe o que quer, demonstra insegurança e age com incoerência?

O próprio STF também teve reprovação popular quando seu presidente revogou prisão decretada por juiz de primeiro grau e mandou cópia da decisão ao CNJ e ao órgão correicional do tribunal a que este está sujeito. Se um juiz for punido porque julga de acordo com sua consciência, então não temos mais Judiciário.

Graças à discussão impulsionada pela imprensa, que teve nos acontecimentos participação das mais relevantes, os erros apareceram e foram mostrados ao povo sem retoque. O rio exibiu seu fundo lodoso, depois que as águas se recolheram. E a verdade apareceu sem retoques.

O STF, cumprindo sua obrigação de dizer a última palavra nas questões jurídicas, emitirá súmula para disciplinar o uso das algemas. Fez muito bem, pois ele existe é para isto mesmo. O que se lamenta é que tenha visto passivamente o erro por tanto tempo e não tenha agido. Prudência demais descamba para a omissão. Agora a PF terá que rasgar parte de seu manual que prevê o uso de algemas para qualquer preso. E as instituições se aperfeiçoarão.

Os juízes de primeiro grau vão ter doravante mais cuidado com a decretação de prisões temporárias e preventivas. O que têm de fazer é julgar e prender e não prender e depois julgar.

O STF, como acontece numa democracia, também foi criticado. Aprendeu ainda a lição que lhe competia. Todo juiz é livre para decidir como entender. Ninguém pode censurar um juiz que sentencia por convicção. Que ponha, de agora em diante, ordem nos julgamentos de *habeas corpus* sem saltar instâncias. O Supremo não pode transformar-se em censor da sociedade e de tudo que nela acontece.

Os fatos ensinam. Nunca acontecem sem razão. Ficou claro para nossas autoridades que o povo tem olhos fixos naqueles que agem em seu nome. E deles exigem uma postura serena e equilibrada em prol do bem-comum.